



INFORMATIVO

SETEMBRO | 2021

podemos

CÂMARA

**RELATOR DA MATÉRIA,
LÉO MORAES COMEMORA
SANÇÃO DA LEI QUE OBRIGA
INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA DE
FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA
NO PROGRAMA 'TARIFA
SOCIAL DE ENERGIA
ELÉTRICA'**

Pág. 16

Léo Moraes
Deputado Federal (RO)

**APROVADO PROJETO DE RENATA QUE
AUMENTA PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Pág. 18

**CÂMARA VOLTA A SE DEDICAR PELA
LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS NO BRASIL,
COMENTA BACELAR**

Pág. 4

PODEMOS CRA CIA

A GENTE
CARREGA OS
PRINCÍPIOS DA
DEMOCRACIA
ATÉ NO NOME.

+DEMOCRACIA

Democracia Direta significa consultar a população, fazendo valer seu direito de participar diretamente de todo o processo democrático, e não apenas nos dias de eleição. No **PODEMOS**, o poder é dividido com o cidadão, que manifesta seu voto e a bancada parlamentar vota de acordo com a opinião dos cidadãos.

O **PODEMOS** acredita que o poder de decidir tem que estar nas suas mãos sempre, não de 4 em 4 anos. No **APP PODEMOS**, você vota em diversos projetos que estão em discussão.

Acesse nosso site ou aplicativo **PODEMOS 19**, já disponível na **Apple Store** e no **Google Play**.



    podemos.org.br

 **podemos**
Juntos com o Brasil.



SUMÁRIO

- 4** Câmara volta a se dedicar pela legalização dos jogos no Brasil, comenta Bacelar
- 6** Doenças Raras: A luta de Diego Garcia pelo diagnóstico precoce e tratamento adequado para os pacientes
- 8** Obras da BR-367, sonho de Juscelino há 70 anos, saem do papel após diálogo de Igor Timo com o Estado e a União
- 10** Medeiros defende linha de crédito para ampliar produção indígena
- 12** Grupo de trabalho é instalado na Câmara para promover reforma cartorária, José Nelto, Vice-líder do Podemos
- 14** Política empreendedora, mandato empreendedor e cidadania empreendedora, diz Josivaldo JP
- 16** Relator da matéria, Léo Moraes comemora sanção da lei que obriga inscrição automática de famílias de baixa renda no programa 'Tarifa Social de Energia Elétrica'
- 18** Aprovado projeto de Renata que aumenta proteção às vítimas de violência doméstica
- 20** Em Camutanga, Ricardo Teobaldo anuncia recursos para saúde e entrega veículo para o Conselho Tutelar
- 22** Deputado federal Rodrigo Coelho defende uma Reforma Administrativa que "torne o Estado mais enxuto, eficiente e moderno"
- 24** Câmara aprova projeto de Roberto de Lucena que beneficia pessoas com deficiência

CÂMARA VOLTA A SE DEDICAR PELA LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS NO BRASIL

“ACREDITO QUE O MOMENTO É FAVORÁVEL PARA ESTIMULAR E LIBERAR A ATIVIDADE. NÓS, DO GT, ESTAMOS EM SINERGIA. O BRASIL SÓ TEM A GANHAR”

A Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados realizou audiência pública, na última quarta-feira (15), para debater o marco regulatório dos jogos no Brasil (PL 442/91). O encontro aconteceu a pedido do presidente do colegiado, deputado Bacelar (Podemos-BA), e reuniu especialistas, lideranças, representantes do Ministério da Economia, legisladores, advogados e dirigentes.

A audiência aconteceu logo depois da primeira reunião oficial do Grupo de Trabalho que vai atualizar o projeto de lei 442/91, aprovado na comissão especial em 2016, mas que até agora não foi para o plenário. “Acredito que o momento é favorável para estimular e liberar a atividade. Jogos, viagens e turismo estão interligados e vamos ajeitar o texto para que seja aprovado o quanto antes. Nós, do GT, estamos em sinergia. O Brasil só tem a ganhar” comentou Bacelar, coordenador do GT.

Durante aproximadamente três horas, os defensores da legalização dos jogos ressaltaram a necessidade da aprovação de uma legislação ampla e que contemple todas as modalidades de apostas. Eles apontaram ainda a arrecadação, geração de empregos e impulsionamento do turismo como os principais benefícios para o país.

O subsecretário de Avaliação e Loterias da SECAP-ME, Waldir Marques Jr., defendeu a necessidade de criação de uma estrutura robusta para atuar na prevenção à lavagem de dinheiro, jogo responsável, credenciamento de laboratório certificador e prevenção

de fraudes para fiscalizar e regular esta atividade, caso o Congresso aprove a legalização dos jogos.

O presidente do Instituto do Jogo Legal, Magnho José, mencionou que legalizar e regular os jogos pode formalizar pelo menos 450 mil empregos, que hoje são informais, além de gerar mais 200 mil novos postos de trabalho. A expectativa é de arrecadar 20 bilhões por ano, em tributação, e até R\$ 7 bilhões com as outorgas de cassino, bingos, máquinas e jogos online. “O movimento geral de apostas no Brasil gira em torno de R\$ 71 bilhões por ano. Os jogos não regulados representam R\$ 27 bilhões dessa arrecadação geral e as apostas esportivas, que não estão regulamentadas, apesar de regularizadas, movimentam média R\$ 10 bilhões.” pontuou Magnho.

Quando questionado sobre a ludopatia, Magnho ressaltou que estudos revelam que apenas 1% da humanidade tem patologia em jogos e que, no Brasil, faltam políticas públicas para tratar essas pessoas. “Como não temos jogo legalizado, também não temos uma política pública para tratar jogadores patológicos, que nenhuma casa de apostas quer. Então é importante que exista essa preocupação no projeto que está sendo reavaliado”, disse.

Bruno Omori, presidente do Instituto de Desenvolvimento, Cultura, Esporte e Meio Ambiente (IDT-CEMA) também defendeu uma legislação liberal, que permita que pontos clandestinos possam se



tornar legais e, ao mesmo tempo, dê a oportunidade de empresários, com hotéis e resorts, terem permissões para cassinos integrados às suas propriedades. Para ele, é preciso que o projeto seja aprovado o quanto antes. “No G20, apenas três países não têm os jogos legalizados – o Brasil e mais dois países muçulmanos (Arábia Saudita e Turquia). Estamos fora do mercado. Precisamos rapidamente aprovar esta pauta”, completou.

Daniel Homem de Carvalho, ex-Presidente da Loterj e Secretário da Comissão Especial de Direito dos Jogos Esportivos, Lotéricos e Entretenimento da OAB Nacional, disse que “o jogo não é proibido no Brasil, ele é proibido para a iniciativa privada no país. A exploração do jogo de azar acontece pela Caixa Econômica Federal”.

O deputado Newton Cardoso Jr (MDB-MG) declarou seu apoio à regulamentação dos jogos ao afirmar que o Brasil não proíbe as apostas, mas sim a geração de emprego, renda e riqueza. “Vemos o jogo espalhado por todas as ruas do país e está na hora de as pessoas se formalizarem em seus empregos e o Brasil, ao mesmo tempo, garantir o desenvolvimento do turismo no país. Esse setor, que hoje tem um grande potencial de geração de empregos, irá reduzir muito os 15 milhões de desempregados. É uma questão de soberania nacional aprovarmos essa causa”, decretou. Ele citou Macau como um grande destino turístico, Portugal com uma legislação robusta e o Japão, que

está em vias de ter a atividade implantada e que irá receber investimentos vultosos.

O presidente do Jockey Club Brasileiro – JCB, Raul Lima Neto, apresentou os casos de sucesso dos hipódromos de Maroñas no Uruguai e de Palermo na Argentina, que usaram a operação de slots para revitalizar e alavancar a parte hípica. O dirigente defendeu que os jôqueis brasileiros têm condições e instalações para serem contemplados na legalização dos jogos.

O representante da Resorts Brasil, Antônio Dias, defendeu a legalização dos cassinos para contribuir para recuperação do setor hoteleiro, fortemente afetado pela pandemia da Covid-19.

O vice-Presidente da Comissão de Turismo e ex-coordenador da extinta Frente Parlamentar Brasil sem Azar, deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP), alertou sobre os custos sociais da legalização dos jogos e a necessidade de debater mecanismos para mitigar esses problemas.

O ex-ministro do Turismo e deputado Marx Beltrão (PSD-AL) comentou sobre a importância da aprovação da proposta para geração de empregos e comentou envergonhado de ver que há 30 anos o Congresso discute o tema e até agora não se chegou a um consenso “para trazer riqueza, emprego e renda, com tanta gente passando fome”.

DOENÇAS RARAS: A LUTA DE DIEGO GARCIA PELO DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO ADEQUADO PARA OS PACIENTES

Ainda não há um número exato, mas estima-se que existam 13 milhões de pessoas com alguma doença rara no Brasil. Justamente por serem raras, essas doenças são geralmente diagnosticadas tardiamente e poucas possuem cura ou um tratamento acessível. O deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) é o presidente da Frente Parlamentar de Doenças Raras e da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família da Câmara dos Deputados e, desde o seu primeiro mandato, abraçou a luta das pessoas com doenças raras e suas famílias, pois é a família quem acompanha os pacientes nesta luta por toda uma vida.

A realização de diversos seminários, debates e audiências públicas para entender a realidade das pessoas que vivem com alguma doença rara mostrou que uma das maiores necessidades, atualmente, é a busca por um diagnóstico precoce. Diversas dessas doenças se diagnosticadas no seu início, têm algum tratamento, o que evita inúmeras sequelas e até um triste desfecho, como o óbito dos pacientes. “O primeiro passo para o tratamento das pessoas com doenças raras é o diagnóstico, e, quanto mais precoce o diagnóstico, melhor.

E depois do diagnóstico, acesso, tratamento, acompanhamento, para as crianças, adultos e para as famílias”, explica Garcia.

Portanto, a atuação de Garcia em prol dos pacientes tem sido destaque desde então, tornando-o referência quando o assunto é doenças raras. Em 2017, ele assumiu uma importante relatoria na Comissão de Seguridade Social e Família, ao PL 7374/2014. A proposta chegou a ter mais de 30 projetos apensados, com diversas intenções, sempre para atender melhor as crianças nesse momento tão importante que é o nascimento.

Ainda em 2017, foram realizadas audiências públicas, na Comissão de Seguridade Social e Família, com a participação da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo, representantes do Ministério da Saúde, médicos geneticistas e representante do Conselho Federal de Medicina. E, a partir de todo esse diálogo com a sociedade e especialistas, a discussão foi ganhando força e não podia parar.

Com a mudança de governo, antes, uma causa que não tinha voz, ganhou força com o protagonismo e atenção da Primeira-Dama



“PRECISAMOS CUIDAR
DAS FAMÍLIAS E
AMPARÁ-LAS,
POIS, SABEMOS QUE
É A FAMÍLIA QUE ESTÁ
VIVENCIANDO TODA
ESSA REALIDADE
JUNTO DO PACIENTE”

Michelle Bolsonaro, que abraçou a luta dos raros. Em 2019, Diego Garcia promoveu um grande evento no Plenário da Câmara dos Deputados, no Dia Mundial das Doenças Raras, que contou com a participação da Primeira-Dama e de, pelo menos, três Secretarias Nacionais. Inédito.

No mesmo ano, mais um grande passo dado: a criação da Subcomissão Especial de Doenças Raras, da Comissão de Seguridade Social e Família. Garcia foi designado relator da subcomissão e, a partir disso, realizou um estudo técnico e aprofundado para elaboração do parecer. “Ouvimos especialistas, médicos, associações, pacientes e seus familiares. E, a partir disso, apresentei um relatório que foi trabalhado sob três eixos: diagnóstico/ diagnóstico precoce, dados epidemiológicos e políticas públicas”, afirma. O relatório foi aprovado por unanimidade pelo colegiado.

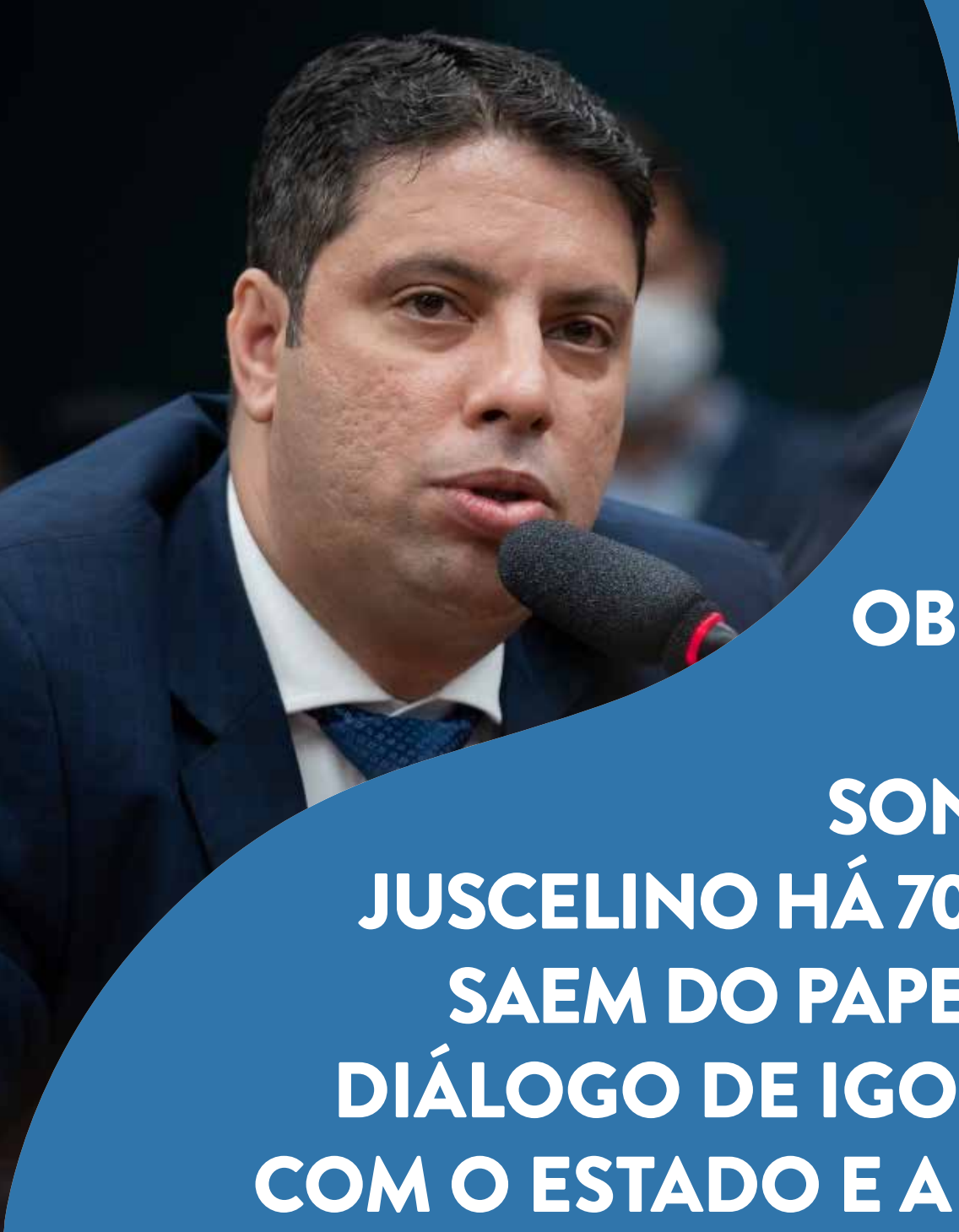
Em 2020, no entanto, todos foram surpreendidos com a chegada da pandemia, o que obrigou Diego Garcia a reinventar totalmente o seu trabalho, que nunca parou. Com isso surgiu a criação de um grupo interdisciplinar de doenças raras, que contou com a participação da Frente Parlamentar de Doenças Raras e a Frente Parlamentar Mista de Saúde, e teve apoio e participação também do governo, por meio dos Ministérios. Sendo que os principais focos da

discussão sempre foram o diagnóstico precoce, por meio da ampliação do teste de triagem neonatal, e a atualização da Política Nacional das Pessoas com Doenças Raras.

Agora, em 2021, a discussão não cessou, a Subcomissão de Doenças Raras foi reinstalada, sob a relatoria do deputado Diego Garcia, que está dando continuidade a esse trabalho, com um longo caminho a ser percorrido.

Em meio a todo esse estudo e debates realizados, Garcia apresentou um novo substitutivo ao PL 7374/14, que está para ser apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família no dia 22 de setembro e, ao ser aprovado, mudará a vida de milhares de famílias que hoje não conseguem um diagnóstico precoce e nem mesmo o tratamento sem buscar o caminho da judicialização, uma verdadeira via crucis.

“A minha preocupação é a saúde, claro. Falamos muito de medicamentos, diagnóstico, tratamento, mas temos que, sobretudo, falar também em família. Precisamos cuidar das famílias e ampará-las, pois, sabemos que é a família que está vivenciando toda essa realidade junto do paciente. O caminho é longo, mas temos visto grandes conquistas, que há muito tempo não eram alcançadas”, defende.



OBRAS DA BR-367, SONHO DE JUSCELINO HÁ 70 ANOS, SAEM DO PAPEL APÓS DIÁLOGO DE IGOR TIMO COM O ESTADO E A UNIÃO

Em Capelinha, no Vale do Jequitinhonha, foi realizada a cerimônia de lançamento das obras de recapeamento, um marco que entra para história política do parlamentar e do Vale.

O deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), líder do Podemos na Câmara e presidente estadual do partido em Minas Gerais, é um congressista atuante, que vem se destacando no cenário nacional como uma liderança política. Sua atuação exemplar a favor de Minas e do Brasil já lhe rendeu muitas conquistas importantes. Ele foi apontado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), como um dos

“Cabeças do Congresso”, pelo grande poder de articulação e diálogo que mantém com as duas casas do legislativo e com os governos Federal e Estadual. Além disso, o parlamentar também foi escolhido pelo Congresso para concorrer ao prêmio “Melhores do Congresso 2021”, nas categorias: melhores da Câmara e defesa da Educação.

Estado atende pedido de recuperação da BR-367

Como resultado desse trabalho e reconhecimento, Igor conseguiu que o Governo do Estado se sensibilizasse com os pedidos que ele fez desde o início do mandato, sobre a necessidade de realizar

obras de melhoria na BR-367, que liga Minas à Bahia, em vários trechos onde a situação estava precária, sem condições de tráfego, colocando em perigo a vida de milhares de pessoas que passam pela rodovia, como por exemplo, moradores do Vale do Jequitinhonha que vêm à Capital Mineira para realizar tratamentos de saúde.

A concretização deste sonho tão aguardado pelo deputado e por todos os moradores do Vale foi realizada no último dia 9 de setembro, em Capelinha, onde o governo do Estado, em evento conjunto com o parlamentar, anunciou o início das obras de recuperação da BR-367, que vai contar com recursos de R\$ 61,9 milhões de investimentos, tendo previsão de gerar 1 mil empregos diretos e indiretos no Jequitinhonha.

Igor destaca como foi sua atuação e diálogo com os órgãos para buscar uma solução definitiva ao problema.

“Atendendo a demanda que não era só minha, mas do nosso povo, levei o secretário de Infraestrutura de Minas Fernando Marcato, para uma visita ao local. O mesmo reconheceu o caos da rodovia e afirmou que a 367 precisava de um recapeamento e não uma operação tapa-buracos, já que as condições da via se assemelhavam a uma colcha de retalhos podre. Depois, o governador Romeu Zema também foi ao local e avaliou a rodovia como uma situação de descaso e de abandono das gestões passadas, que por falta de querer fazer e de vontade pública, deixou que a BR-367 chegasse a condições precárias”, explicou Igor.

Manutenção da BR-367, asfaltamento primário “tratamento anti-pó”

Uma das primeiras cobranças do deputado sobre as obras de recapeamento da BR-367 foi em janeiro deste ano, a solicitação ao Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) para um tratamento “Anti pó”, conhecido como “Asfaltamento Primário” de trechos como: Minas Novas a Virgem da Lapa; Minas Novas a Chapada e Chapada a Berilo, onde as obras já foram concluídas. E o trecho de Berilo a Virgem da Lapa, aguardando projeto de conclusão, que já se encontra em elaboração.

Lançamento Pedra Fundamental da 367 em Jacinto

Em 17 de dezembro de 2020, o deputado acompanhou a comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro, que foi cidade de Jacinto, a pedido do parlamentar, para lançar a Pedra Fundamental para conclusão do trecho de Jacinto a Salto da divisa.

Após o lançamento da Pedra Fundamental, Igor também atuou de forma direta junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e às instituições de licenciamento ambiental para liberar o início das obras.

Por sua atuação e cobrança constante, o próprio ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, o apelidou como o deputado da BR-367, título coerente à atuação do parlamentar que não mediu esforços para entregar mais essa conquista à sua terra natal e seu estado.

A BR-367 tem extensão de 762,5 quilômetros, é a principal ligação entre o Vale do Jequitinhonha e o Sul da Bahia, conectando Diamantina a Porto Seguro (BA). De toda extensão, 215,3 quilômetros da rodovia estão sob a responsabilidade do Estado e 547,2 3 quilômetros sob a responsabilidade da União

“ **A BR-367 PRECISAVA DE UM RECAPEAMENTO E NÃO UMA OPERAÇÃO TAPA-BURACOS, JÁ QUE AS CONDIÇÕES DA VIA SE ASSEMBELHAVAM A UMA COLCHA DE RETALHOS PODRE** ”

A photograph of two men shaking hands in a field. The man on the left is wearing a light blue polo shirt and jeans. The man on the right is wearing a light blue button-down shirt with a logo that says "DIRETOR FINANCEIRO" and "BANCA DE DESENVOLVIMENTO" and a traditional indigenous headdress with many colorful feathers. The background is a dry, open field under a blue sky with clouds. A large blue curved line is overlaid on the right side of the image.

**“ OS POVOS INDÍGENAS
PRECISAM DE UMA
LINHA DE CRÉDITO PARA
TER LIBERDADE PARA
PRODUZIR E GERAR RENDA ”**

MEDEIROS DEFENDE LINHA DE CRÉDITO PARA AMPLIAR PRODUÇÃO INDÍGENA

Um dos principais defensores da autonomia produtiva e econômica dos povos indígenas, o deputado federal José Medeiros (Podemos-MT) destaca a importância do acesso ao crédito financeiro para ampliar a produção em diferentes etnias. Além do crédito, que vem sendo discutido pelo Governo Federal, Medeiros cita o programa de incentivo à produção realizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que investiu nos últimos dois anos cerca de R\$ 30 milhões em projetos de etnodesenvolvimento em todo o país.

“Além do financiamento de projetos, a Funai vem entregando tratores para apoio às atividades produtivas em diversas aldeias no país, inclusive em Mato Grosso. Esse maquinário contribui para ampliar a produção e ajuda na segurança alimentar da aldeia. Os povos indígenas precisam de uma linha de crédito para ter liberdade para produzir e gerar renda. O estado não pode ser um atrapalhador como defende as organizações não governamentais (ONGs). A miséria dos indígenas é o principal negócio dos canalhas que faturam alto com essas ONGs”, disse Medeiros durante a abertura do I Seminário Nacional dos Agricultores Indígenas: Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade, em Brasília, recentemente.

O etnodesenvolvimento e a sustentabilidade também foram temas de um seminário regional realizado pela Funai em Cuiabá, com a presença do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), onde foram entregues tratores para várias comunidades indígenas do estado. A ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência, Flávia Arruda, e o

presidente nacional da Funai, Marcelo Xavier, também marcaram presença.

Entre os projetos de etnodesenvolvimento já consolidados que contam com o apoio da Funai, estão a produção de café especial pela etnia Paiter-Suruí (RO), a pesca esportiva no Parque do Xingu (MT), a produção de castanha pela etnia Cinta Larga (RO), o manejo do pirarucu por indígenas Paumari (AM), a produção de camarão pelos Potiguar (PB), o cultivo de erva-mate por comunidades Guarani e Kaingang (PR) e de arroz pelas etnias Xavante e Bakairi (MT).

PARECIS

O presidente Bolsonaro elogiou a atuação do deputado José Medeiros em defesa dos povos indígenas. Bolsonaro afirmou que foi por meio dos índios Paresi, de Campo Novo dos Parecis (MT), que a discussão sobre a liberdade de produção em larga escala em áreas indígenas avançou.

Para Medeiros, trata-se de um momento histórico. “Temos uma oportunidade política e talvez única de virarmos essa página. Ando por muitas aldeias em Mato Grosso e percebo o quanto o álcool e as drogas consomem jovens e adultos. Tudo isso alimentado por falta de perspectiva, pela vulnerabilidade destas pessoas. A classe política precisa se unir e quebrar de vez essas correntes. O indígena está integrado e merece poder evoluir, como todos nós almejamos. Os Paresi são um exemplo, hoje já tem filhos formados em medicina e direito, que retornam às aldeias para cuidar dos interesses dos seus povos”, ilustrou o deputado do Podemos.

GRUPO DE TRABALHO É INSTALADO NA CÂMARA PARA PROMOVER REFORMA CARTORÁRIA

“AS RECLAMAÇÕES
SÃO RECORRENTES,
TANTO DOS PREÇOS
QUANTO DOS SERVIÇOS
PRESTADOS. DAÍ EU TE
PERGUNTO: QUANDO
FOI A ÚLTIMA VEZ QUE
SE ABRIU O ÚLTIMO
CARTÓRIO NO BRASIL?”



Com o objetivo de discutir o monopólio dos cartórios, valores das taxas, emolumentos e serviços prestados, foi instalado na Câmara dos Deputados, no dia 31 de agosto, um Grupo de Trabalho (GT) para tratar da ‘Reforma Cartorária’. A instalação dos trabalhos foi conduzida pelo Coordenador do GT, Deputado Federal José Nelto (Podemos-GO), e tem como relator o Deputado Wellington Roberto (PL-PB).

No período pandêmico que a população mundial atravessa, o sistema cartorário seguiu na contramão de diversos segmentos e obteve lucros na ordem de 27%. O Coordenador do Grupo da Reforma Cartorária, deputado federal José Nelto, destacou como funciona o Cartório em Aparecida do Goiás. “No meu estado tem uma cidade onde existe apenas um cartório para mais de 600 mil habitantes. As reclamações são recorrentes, tanto dos preços quanto dos serviços prestados. Daí eu te pergunto: quando foi a última vez que se abriu o último cartório no Brasil? ”, indagou o parlamentar. Ele defende que o critério de abertura de cartórios fique sob a responsabilidade do Congresso. Atualmente esta iniciativa compete às Assembleias Legislativas.

O coordenador defende um debate democrático no Grupo de Trabalho, a fim de fomentar reflexões acerca do tema e produzir ações concretas no âmbito do Congresso Nacional, com vistas a promover o desenvolvimento dos serviços cartorários. Para isto serão realizadas audiências públicas com representantes da sociedade civil, da iniciativa privada, pública e especialistas.

“Esta é a Reforma tão esperada pelo povo brasileiro. Junto aos meus colegas da Câmara dos Deputados espero podermos construir um relatório final que ensinará na produção de um PL e/ou uma PEC”, declarou o Deputado José Nelto na abertura dos trabalhos.

Na Câmara dos Deputados já existem mais de 140 Projetos de Lei com uma gama de propostas que buscam aperfeiçoar o sistema cartorário. A fim de oferecer maior celeridade e eficiência no debate dos temas, o GT terá os trabalhos subdivididos em 4 grupos temáticos: Normas gerais sobre custas e emolumentos; Organização dos serviços e regime jurídico de oficiais de registro e tabeliães; Simplificação e modernização de atos; e Registro civil e das pessoas naturais.



POLÍTICA EMPREENDEDORA, MANDATO EMPREENDEDOR E CIDADANIA EMPREENDEDORA

Quando se fala em empreendedorismo, imediatamente somos remetidos a um ambiente de negócios, pensamos em investimento, abrir uma empresa. Vemos a palavra empreendedorismo como o ato de criar um negócio do zero e gerenciar essa empresa de forma a gerar retorno positivo (lucro).

Mas o empreendedorismo não é só isso, empreender tem um contexto mais amplo. Empreende-se em questões sociais, em cidadania, e até mesmo constituir uma família é um ato de empreendimento: dedicar tempo, esforço, sabedoria, fazer sacrifícios, assumir riscos para obter com isso uma satisfação, qual seja a de ter uma vida familiar estável e feliz, é empreender. **Engloba tudo que diz respeito ao sentimento de desejar algo e ao esforço para realizar.**

Empreender é identificar necessidades e oportunidades e promover inovações para agregar mais valor a uma atividade humana. É desenvolver soluções e investir recursos - financeiros, intelectuais, tempo - **na criação de algo positivo para a sociedade.** Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças e impacto no dia a dia das pessoas. **Empreendedorismo é, portanto, uma cultura impulsionadora.**

Um dos exemplos mais nítidos de cultura impulsionadora é o migrante (ou imigrante). Todo migrante dá um valor maior para o futuro e, consequentemente, impulsiona o crescimento até esse futuro melhor. Foi o que fizeram nossos bisavós e avós imigrantes, e nossos pais, migrantes como o meu pai, que saiu de uma vida de dificuldades no interior do Pará para tentar melhorias para nossa

‘Josivaldo JP (MA) é empresário, produtor rural e deputado federal titular desde janeiro de 2021. Tem 37 anos e, desde os 19, quando se tornou camelô, é empreendedor.’

família, arriscando tudo, chegando de “mãos abanando” em Imperatriz (MA) há 30 anos.

Essa força impulsionadora não pode acabar, e esse é o desafio: **o meu mandato ajudará a estabelecer uma cultura impulsionadora.** E é aqui que cabe o que tenho chamado de **política empreendedora.**

Sou um empreendedor nato, muito antes de ouvir essa palavra ou entender o seu significado. Sou aquele que “se fez por si próprio”, e aqui falamos da atividade econômica. De auxiliar de oficina mecânica aos 14 anos a vendedor ambulante. De um simples camelô a empresário. De um quase desconhecido na política a deputado federal, hoje o único representante de uma região que engloba mais de 50 municípios e milhões de pessoas.

Pois bem, o mandato empreendedor vai empreender ideias, dedicar tempo, buscar conhecimento e parcerias que acreditam em cidadania, e dedicar esforços para realizar projetos que melhorem a vida das pessoas, que agreguem valor ao dia a dia de cada um. E com isso todos crescem.

Levar o espírito empreendedor para o mandato também ajudará a levar esse espírito para nossos cidadãos, e tem como objetivo mostrar a todos que o Brasil, o Maranhão, nossa região, nossa população pode mais se investir no protagonismo, que é quando cada um empreende a realização do seu sonho. Insistindo: mesmo entre aquelas pessoas mais simples, se compreendem o caminho do “esforço+sucesso”, então estabelecemos uma cultura empreendedora que vai melhorar a nossa vida e o que está ao nosso redor.

O empreendedor é exigente consigo mesmo e com o tudo que o cerca, por exemplo, com a sua cidade. Nós não estamos satisfeitos porque queremos sempre melhorar, tanto a cidade quanto a nós mesmos. O empreendedor acredita que uma cidade (ou o estado, o país) é feita pelos nossos sonhos e pelo nosso esforço de realizar esses sonhos, tanto individuais quanto coletivos. Isso é cidadania empreendedora.

Um exemplo simples de cidadania empreendedora: ter uma cidade limpa, bem arborizada, com flores, pode ser mérito dos administradores; mas ter uma cidade que não se suja, que os moradores pedem à prefeitura por árvores em frente às suas casas, que os próprios moradores plantam flores debaixo das árvores em suas calçadas, isso é mérito de seus cidadãos! À medida que um cidadão vai empreendendo para ter uma rua melhor, uma cidade melhor, ele constrói a cultura impulsionadora. Um vizinho “contamina” o outro com o bem-estar social.

Sejamos bons eleitores (isso depende de prioridades, pois somos muito diversos em nossas prioridades); mas sejamos melhores cidadãos (isso depende da ação de cada um). Vamos acreditar nos nossos sonhos. No de cada um e no que queremos para nossas cidades. Se eu não acreditasse no meu sonho e não lutasse por ele, talvez não tivesse nem mesmo me tornado um camelô. E nem estaria aqui, como deputado federal.

**“MEU MANDATO
AJUDARÁ A ESTABELECE
UMA CULTURA
IMPULSIONADORA.
E É AQUI QUE CABE
O QUE TENHO
CHAMADO DE POLÍTICA
EMPREENDEDORA”**

RELATOR DA MATÉRIA, LÉO MORAES COMEMORA SANÇÃO DA LEI QUE OBRIGA INSCRIÇÃO AUTOMÁTICA DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA NO PROGRAMA ‘TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA’

“ MAIS DE 12 MILHÕES
DE BRASILEIROS
ENQUADRADOS NO
PROGRAMA E QUE TERÃO
REDUÇÃO DE ATÉ 65% NA
CONTA DE ENERGIA ”



O deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO) comemorou a sanção da lei que estabelece inscrição automática de famílias de baixa renda na tarifa social de energia elétrica (TSEE), que ocorreu no dia 13 de setembro.

A nova lei obriga o Poder Executivo e as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição e energia elétrica a inscrever automaticamente na Tarifa Social de Energia Elétrica os integrantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que atendam aos critérios legais.

Assim, se uma família inscrita no Cadastro Único de programas sociais do governo federal preencher os critérios da Tarifa Social de Energia Elétrica, ela não precisará requerer o benefício, será inscrita automaticamente pelo governo.

“O sentimento é de dever cumprido. Muitas vezes os consumidores que se enquadram nos requisitos exigidos não têm conhecimento de seus direitos e deixam de receber o benefício. Agora com a inscrição automática e obrigatória, estima-se que ao todo serão mais de 12 milhões de brasileiros enquadrados no programa e que terão redução de até 65% na conta de energia”, explicou o parlamentar.

APROVADO PROJETO DE RENATA QUE AUMENTA PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Projeto de Lei 135/2019, de autoria da deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP), que amplia os mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis, foi aprovado hoje (14/9) pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados. O objetivo da proposta é tornar as Delegacias de Polícia em locais de defesa da cidadania, da dignidade e de proteção imediata à vítima, especialmente as particularmente vulneráveis, dando ao delegado o direito de impor medidas cautelares ao autor, ao investigado ou ao indiciado pelo crime.

“No atual modelo, as leis especiais que amparam pessoas em condições especiais de vulnerabilidade, notadamente vítimas e testemunhas na condição de idoso, criança, adolescente e mulheres em situação de violência doméstica, estabelecem medidas de proteção dependentes de representação muitas vezes tardiamente ou quando não são mais necessárias, porquanto as situações de risco já se consolidaram em graves danos”, esclarece a parlamentar.

“MEDIDAS DE URGÊNCIA DEVEM SER APLICADAS DE PRONTO, SEMPRE QUE A VIDA OU A INTEGRIDADE DAS VÍTIMAS ESTEJAM SOB GRAVE RISCO”



Crédito foto: Robert Alves/Monumental Fotos

Segundo a deputada, as situações de violação aos direitos desses grupos especialmente protegidos pela lei e por convenções internacionais de direitos humanos não esperam horário de abertura do expediente ou dia útil para sejam perpetradas. As inúmeras leis penais são elaboradas sem que se tenha a menor preocupação com aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, tanto em decorrência da situação criminal como por circunstâncias relacionadas à condição pessoal ou social.

“Medidas de urgência devem ser aplicadas de pronto, sempre que a vida ou a integridade das vítimas estejam sob grave risco, e isso se dá especialmente nos momentos mais inesperados, quando apenas a Delegacia de Polícia encontra-se aberta para receber as vítimas, o que, de fato, cotidianamente acontece. Este é o objetivo do nosso projeto de lei”, justifica Renata Abreu, “aumentar a proteção dos vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes”.

Relator na comissão, o deputado federal Luís Miranda elaborou parecer favorável à proposta de Renata Abreu, sendo acompanhado pelos demais membros do colegiado, que aprovaram a matéria. “A demora ou postergação de atendimento a essas

vítimas ou testemunhas pode significar um risco real e imediato à segurança ou à vida dessas pessoas. Vale ressaltar que o objetivo do projeto é a proteção rápida e eficaz daqueles que sofreram violência e não direcionar a produção legislativa, forçando interpretação restritiva de termos e expressões constantes das leis para apenas criar prerrogativas e atribuições”, declara o parlamentar.

As medidas cautelares impostas ao autor, investigado ou indiciado pelo crime, serão feitas em ato motivado e precário, sujeito à ratificação ou à reforma por parte do juiz de Direito, ouvido o Ministério Público, o que garante proporcionalidade e razoabilidade à proposição legislativa em tela. É importante ressaltar que, em muitos casos, o delegado de Polícia já lida com essas questões de exposição de vulneráveis ao perigo, resolvendo, dentro do possível, as situações reais que lhe são submetidas.

“Aprovado o PL 135/2019, a atuação dele nesse campo ganhará mais força, efetividade e legitimidade. E o resultado maior se voltará para vítimas e testemunhas em condições de vulnerabilidade, verdadeiros alvos dessa proposição legislativa”, concluiu o relator.



EM CAMUTANGA, RICARDO TEOBALDO ANUNCIA RECURSOS PARA SAÚDE E ENTREGA VEÍCULO PARA O CONSELHO TUTELAR



“CAMUTANGA VIVE HOJE UM NOVO MOMENTO E ME SINTO MUITO HONRADO EM PARTICIPAR DESSA TRANSFORMAÇÃO”

Setembro foi de muita festa em Camutanga, na zona da mata pernambucana. Ao lado da prefeita Talita Fonseca (MDB), o deputado federal Ricardo Teobaldo (Podemos-PE) participou da entrega de um veículo zero km para o conselho tutelar, fruto de uma emenda de sua autoria. O parlamentar também anunciou a destinação de recursos para custeio da saúde e participou da inauguração da nova sede do Conselho Tutelar no município. Também esteve presente Doda Soares, os vereadores Jessé de Romildo (Pres. da Câmara), Fernando de Venda, Sílvio Pimentel, Marcos Camelo, Antonio da Venda, Karlos Marone, além de membros do conselho tutelar.

O deputado Ricardo Teobaldo falou sobre as parcerias que vem desenvolvendo no município.

“Nosso gabinete em Brasília é uma extensão do gabinete de Talita. Estamos entregando hoje esse carro para o conselho e anunciando a liberação de recursos para o custeio da saúde. Camutanga vive hoje um novo momento e me sinto muito honrado em participar dessa transformação”, destacou Teobaldo.

A prefeita Talita celebrou a conquista do novo equipamento. “Agradeço ao empenho do Deputado e esse olhar que tem ao povo de Camutanga. Precisamos garantir estrutura às entidades que estão diretamente ligadas às famílias e a estes cidadãos, como o conselho tutelar. Esse veículo irá ajudar e muito na agilidade dos atendimentos”, enfatizou.

**DEPUTADO FEDERAL
RODRIGO COELHO
DEFENDE UMA REFORMA
ADMINISTRATIVA QUE
“TORNE O ESTADO MAIS
ENXUTO, EFICIENTE
E MODERNO”**

**“REDUZINDO
AS DESPESAS,
SERÁ POSSÍVEL
DIRECIONAR MAIS
DINHEIRO PARA
INVESTIR NAS
ÁREAS ESSENCIAIS”**



A opinião do parlamentar catarinense que é a favor de uma mudança que seja capaz de gerar mais qualidade nos serviços públicos e que reduza o peso do Estado. Para ele, é necessário avançar na luta por um Brasil mais justo, e por isso, sua defesa pela rápida aprovação dessa pauta.

Ainda de acordo com Coelho, há quatro principais vantagens da Reforma Administrativa e que devem ser destacadas. “Primeiro, é o grande legado da Reforma, que vai diminuir a máquina pública, eliminando gastos desnecessários e criando novas maneiras de contratação. O objetivo é enxugar o Estado para ampliar a eficiência na prestação dos serviços”, afirma.

Outro benefício é a redução de custos. “Reduzindo

as despesas, será possível direcionar mais dinheiro para investir nas áreas essenciais”, completa.

A valorização dos servidores também é outro ponto positivo da Reforma Administrativa. De acordo com o Deputado, deve-se criar novas formas de avaliação e estabilidade, acabar com privilégios e gratificações sem merecimento e reconhecer os bons profissionais, fornecendo as ferramentas indispensáveis para a excelência nos serviços prestados.

Por fim, a responsabilidade fiscal que, segundo Rodrigo Coelho, se faz urgente para que o Brasil controle seus gastos e consiga atrair investidores. “É dessa maneira que vamos aquecer a economia e aumentar a renda das famílias”, opina.



CÂMARA APROVA PROJETO DE ROBERTO DE LUCENA QUE BENEFICIA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Foi aprovado, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, um projeto do deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP), que visa isentar de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação os produtos de tecnologia assistiva destinados às pessoas com deficiência.

De acordo com Lucena, o PL é uma “vitória” para a inclusão social. “Retirar tributos contribui sim para uma vitória daqueles que necessitam de uma inclusão social. Precisamos trabalhar para que pessoas com deficiência possam ter espaço na sociedade e no mercado”, declarou o parlamentar.

A tecnologia assistiva tem relação a uma série de equipamentos, estratégias, serviços e práticas que

são usadas para diminuir problemas encontrados por pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Segundo o projeto de lei, a isenção tem como principal objetivo alcançar partes, peças e acessórios que podem ser usados no conserto e/ou reparo de produtos de tecnologia assistiva.

“ PRECISAMOS TRABALHAR PARA QUE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POSSAM TER ESPAÇO NA SOCIEDADE E NO MERCADO ”

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:

deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Nikelly Moura, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Yasmin Alencar, Lucyenne Landim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Robert Alves.



JUNTOS PODEMOS

f /podemos19

www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA